

**O POUSO DO DRAGÃO NA AMÉRICA DO SUL:
UMA ANÁLISE DA GEOECONOMIA, DOS CHINA'S POLICY
PAPER ON LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN E DA NOVA
ROTA DA SEDA**

*THE DRAGON'S LANDING IN SOUTH AMERICA: AN ANALYSIS OF
GEOECONOMICS, CHINA'S POLICY PAPER ON LATIN AMERICA AND THE
CARIBBEAN AND THE NEW SILK ROAD*

*EL ATERRIZAJE DEL DRAGÓN EN AMÉRICA DEL SUR: UNA ANÁLISIS
DE LA GEOECONOMÍA, DE LOS CHINA'S POLICY PAPER ON LATIN
AMERICA AND THE CARIBBEAN Y DE LA NUEVA RUTA DE LA SEDA*

Bernardo Salgado Rodrigues¹ 
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O presente artigo busca analisar a ascensão chinesa na América do Sul no século XXI. A hipótese central consiste na sustentação deste espaço como crescentemente geoestratégico para o projeto chinês. O trabalho está dividido em duas seções: a primeira analisa a expansão chinesa na região sul-americana, no horizonte temporal de 2001 a 2016, justificado pela elevação de sua atuação geoeconômica e pela concepção do primeiro *policy paper*; a segunda avalia os indícios da projeção futura a partir de 2016, *vis-à-vis* a elaboração do segundo *policy paper* e a inclusão da região na Nova Rota da Seda. Desse modo, a partir de uma metodologia quantitativa e qualitativa, baseada num estudo realista, objetiva-se demonstrar que o desenvolvimento multilateral chinês é a matriz de seu planejamento estatal, incorporando a América do Sul em seu projeto de nova ordem mundial.

Palavras-chave: Relações China – América do Sul; Geoeconomia; *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*; Nova Rota da Seda.

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contrahegemonia (LEHC-UFRJ) e do Grupo de Trabalho "China y el Mapa del Poder Mundial" do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). E-mail: bernardosalgado90@gmail.com

Abstract: This article seeks to analyze the Chinese rise in South America in the 21st century. The central hypothesis would be to support the area as increasingly geostrategic for the Chinese project. The work is divided into two sections: the first analyzes the Chinese expansion in the South American region, from 2001 to 2016, justified by the growth of its geoeconomic performance and the conception of the first policy paper; the second assesses the signs of future projection from 2016 onwards, according to the preparation of the second policy paper and the inclusion of the region in the New Silk Road. Thus, based on a quantitative and qualitative methodology, based on a realistic study, the objective is to demonstrate that Chinese multilateral development is the matrix of its state planning, incorporating South America in its project for a new world order.

Keywords: China - South America relations; Geoeconomics; China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean; New Silk Road.

Resumen: Este artículo busca analizar el ascenso chino en América del Sur en el siglo XXI. La hipótesis central es que este espacio se reafirma cada vez más como geoestratégico para el proyecto chino. El trabajo se divide en dos secciones: la primera analiza la expansión china en la región sudamericana, en el horizonte temporal de 2001 a 2016, justificada por la elevación de su desempeño geoeconómico y la concepción del primer documento de política; el segundo evalúa los signos de proyección futura a partir de 2016, vis-à-vis la elaboración del segundo documento de política y la inclusión de la región en la Nueva Ruta de la Seda. Así, con base en una metodología cuantitativa y cualitativa, fundamentada en un estudio realista, el objetivo es demostrar que el desarrollo multilateral chino es la matriz de su planificación estatal, incorporando Sudamérica en su proyecto de un nuevo orden mundial.

Palabras clave: Relaciones China - América del Sur; Geoeconomía; *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*; Nueva Ruta de la Seda.

全党全军全国各族人民要更加紧密地团结起来，不忘初心，牢记使命，继续把我们的人民共和国巩固好、发展好，继续为实现“两个一百年”奋斗目标、实现中华民族伟大复兴的中国梦而努力奋斗！²

DOI:10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.166148

Recebido em: 29/01/2020

Aprovado em: 06/09/2020

Publicado em: 22/10/2020

² Discurso realizado por Xi Jinping em comemoração aos 70 anos da República Popular da China, em 01 de outubro de 2019: "Todo o partido, todo o exército e o povo de todos os grupos étnicos devem unir-se mais estreitamente. Devemos manter-se fiel à aspiração inicial e ter sempre em mente a nossa missão, continuar a consolidar e desenvolver a nossa República Popular, e continuar a lutar pela realização da meta dos 'dois centenários' e realizar o sonho chinês do grande rejuvenescimento da nação chinesa."

1. Introdução

Compreender a China é talvez uma das tarefas mais complexas no estudo das relações internacionais. Como civilização milenar de tradições ancestrais que coexistem com a modernidade contemporânea, a China vem apregoando a cooperação Sul-Sul e preparando terreno para o fortalecimento das trocas inter-regionais, migrando da quase ausência para a posição principal nas relações econômicas com a América do Sul no começo do século XXI. Tanto a entrada da China na OMC, em 2001, quanto às visitas de Estado, em 2004 e 2005, ensejaram a assinatura de acordos de comércio, investimento e de cooperação em distintas áreas, estabelecendo como imperativo o incremento da ajuda a outros países em desenvolvimento: *“en este sentido, es importante tener presente que la cooperación china se rige por la norma del beneficio mutuo y la ganancia compartida hacia los destinatarios de la ayuda.”* (BRUTTO, 2018, p.115)

O presente artigo busca analisar esta ascensão chinesa na América do Sul no século XXI. A hipótese central seria a sustentação deste espaço como crescentemente geoestratégico para o projeto chinês. O trabalho está dividido em duas seções: a primeira analisa a expansão chinesa na região sul-americana, no horizonte temporal de 2001 a 2016, justificado pelo crescimento de sua atuação geoeconômica e pela concepção do primeiro *policy paper*; a segunda avalia os indícios da projeção futura a partir de 2016, *vis-à-vis* a elaboração do segundo *policy paper* e a inclusão da região na Nova Rota da Seda. Desse modo, a partir de uma metodologia quantitativa e qualitativa, baseada num estudo realista, objetiva-se demonstrar que o desenvolvimento multilateral chinês é a matriz de seu planejamento estatal, perpetrando a América do Sul em seu projeto de nova ordem mundial.

2. A expansão chinesa na América do Sul (2001-2016)

A China vem atravessando mudanças estruturais que somente podem ser compreendidas num horizonte estratégico de longa duração, possibilitando a discussão de três hipóteses: a primeira, de que sua economia consiste num mercado que se encontra firmemente subordinado ao planejamento estatal, no que Jabbour e Dantas (2017, p.804) denominam de novas e superiores formas de planificação econômica; a segunda, a inadequação do termo “potência emergente”³, uma vez que haveria, de fato, o ressurgimento do Oriente (FRANK, 1998: KISSINGER, 2011) no sistema mundial no século XXI; e a terceira, a busca pela harmonia nos planos interno – melhoria das condições de vida da população chinesa – e externo – via multipolarização do poder.

A partir deste último quesito do setor externo, ainda em 1999, o governo chinês lançou uma estratégia, em conjunto com o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional (*China Council for the Promotion of International Trade – CCPIT*), denominada “*Going Out*” (走出去) ou “*Going Global*” (走向世界). (SHAMBAUGH, 2013, p.174) Em geral, consiste numa política de investimentos externos, incentivada e realizada pelo Estado, voltada para a expansão e intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas⁴, tornando-as competitivas para operacionalizar e alcançar os mercados globais. Assim, a peça-chave da estratégia *Going Out* consiste em “*financial support by the CDB and*

³“Thus, for peoples in the Middle East, Africa, and Asia, international order and globalization did not begin with the rise of the West. Rather, Western dominance is merely one chapter in a far longer historical process. While Western thinkers often call China a ‘rising power’ or ‘emerging power’, this description is often seen as inadequate in China, which thinks of itself as a world power with a far longer tradition than any Western actor. After all, of China’s fourteen dynasties, ten had longer tenures— each—than the entire history of the United States. As a consequence, Western global rule is at times seen as a historical aberration—symbolized, in China’s interpretation of history, by the “century of humiliation” that is now in the process of being corrected (and, critics say, utilized by the Chinese government as a rallying cry to boost nationalism).” (STUENKEL, 2016, pp.31-32)

⁴ “Zhu recommended that China implement a going-out strategy, encouraging enterprises with comparative advantages to make investments abroad, contract for international engineering projects, and increase the export of labor. [...] Beijing and provincial governments offered companies incentives including tax breaks, cheap land at home, and low-interest funding from state-owned banks. The government also established a special export credit insurance corporation (*Sinosure*) to advance international investment.” (ECONOMY; LEVI, 2014, p.49)

the China Export-Import Bank (CHEXIM), at least when it comes to the activities of large state-owned and state supported firms that make up the bulk of China's overseas foreign direct investment (FDI)." (GALLAGHER, 2016, p.51).

Em 2001, essa política foi incorporada no 10º Plano Quinquenal (2000-2005), baseando-se em cinco objetivos: elevação dos investimentos chineses no exterior; diversificação da produção; racionalização dos processos administrativos (com incremento do nível e qualidade dos projetos); aperfeiçoamento dos canais financeiros para o mercado nacional; e promoção das marcas chinesas nos mercados internacionais, principalmente americanos e europeus (LEITE; RAMOS, 2016, pp.169-170). Outro caráter determinante é que essa trajetória de reformas, somada ao aumento das cadeias de valor e à crescente atualização tecnológica, finalmente permite que a China seja admitida na OMC, no final de 2001, após anos de intensas negociações, tendo que se adaptar a algumas regras do mercado privado com uma abertura comercial inédita, ainda que com forte controle sobre o câmbio (VADELL, 2011, p.99).

Consequentemente, as forças políticas externas⁵ da China se beneficiariam de um amplo acesso aos mercados ocidentais em geral (SEVARES, 2015, p.27), possibilitando sua expansão para a América do Sul no início do século XXI, principalmente em termos geoeconômicos, tal qual definidos por Blackwill e Harris (2016, p.20): "*the use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations' economic actions on a country's geopolitical goals.*" Nesta seção, serão analisados três instrumentos econômicos para fins geopolíticos, e que, ao estabelecer

⁵ "As Forças Políticas Externas são forças exógenas que buscam estabelecer e exercer o poder, controle e intervenção através de forças centrífugas, impedindo os agentes de se afastarem da órbita gravitacional do seu centro de irradiação. Diferentemente das Forças Políticas Internas, as Forças Políticas Externas necessitam de um agente externo a ele para exercer o poder, atuando de fora para dentro do sistema, ou seja, é um tipo de força exercida sobre esse sistema. Rotineiramente, as FPE formam compromissos com determinadas FPI, que passam a tomar decisões estabelecidas e referenciadas às primeiras; *i.e.*, as Forças Políticas Externas visam sempre influenciar as Forças Políticas Internas que melhor reproduzam seu sistema interno de acumulação de poder e riqueza." (Rodrigues, 2020, p.122)

áreas de influência, ensejam a constatação da crescente participação da América do Sul no projeto global chinês.

a) Relações comerciais, tratados bilaterais e investimento externo direto (IED)

Ao perpassar pelas etapas de regionalização e globalização, a China também desenvolveu sistematicamente relações comerciais, de investimentos e diplomáticas mais profundas com a América do Sul⁶ no período de 2001 a 2016, visualizando-se uma crescente interdependência política e econômica entre esses países em relação à China, fazendo com que este último tenha se tornado o maior parceiro comercial de parcela majoritária dos países sul-americanos, visualizado tanto a partir da participação da China como destino das exportações sul-americanas – ultrapassando 20% da participação total de países como Chile e Peru em 2016 – quanto das exportações – chegando a aproximadamente 20% dos fluxos na Venezuela, Brasil e Uruguai, e ultrapassando um quarto no Chile e Peru (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016). Inclusive, a trajetória ascendente de tais fluxos comerciais atravessou as próprias oscilações das economias sul-americanas, permanecendo relativamente intacta na primeira década do século, modificando-se somente após a crise financeira de 2008, tornando-se um fator de relativa reconfiguração macroestrutural.

Um fator relevante para a compreensão desses fluxos comerciais diz respeito à busca de mercadorias de natureza agrícola e mineral – nas quais o país asiático é altamente dependente –, e pela procura de mercados para absorção de suas exportações, concentradas em manufaturas e produtos com diferentes proporções de valor agregado (SUTTER, 2012). Ao visualizar os principais produtos exportados por países selecionados da América do

⁶ Por razões de análise qualitativa e gráfica, optou-se pela utilização de um recorte dos países sul-americanos que constituíam, em 2016, maior peso econômico na região em termos de PIB medidos em dólares constantes de 2010: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela.

Sul para a China (dentre eles, a soja, o petróleo bruto e o cobre), evidencia-se a ênfase obtida pelos setores agrícolas e extrativos; concomitantemente, ao analisar os principais produtos de importação sul-americana da China (telefones celulares e aparelhos de transmissão para rádios, telefones e televisores), são compostos principalmente por produtos eletrônicos e mecânicos de maior sofisticação tecnológica (THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016).

Desta forma, apesar da manutenção da histórica relação comercial de exportação de bens com baixo valor agregado e importação de bens com alto valor agregado, a alta demanda chinesa desempenhou um papel de valorização geral para a maioria das mercadorias sul-americanas durante o período, aumentando significativamente os termos de troca (WORLD BANK, 2016) em favor do continente (RAY; GALLAGHER, 2017). Com exceção do Uruguai, todos os demais países sul-americanos assistiram a uma melhoria dos termos de intercâmbio até 2008. Concomitantemente, tal fato ocasionou um inédito *superávit* regional no balanço de pagamentos, em grande medida, por conta da elevação do preço dos recursos primários (IMF, 2016) devido ao aumento da demanda chinesa, denominado no jargão acadêmico de *boom das commodities*. Entretanto, esse fenômeno desacelera após 2008, ano da crise financeira global (VADELL, 2011), e demonstra sinais mais explícitos de enfraquecimento em meados da década de 2010, revertendo-se tanto a elevação dos preços das commodities quanto os termos de troca.

Na última década, a China praticamente triplicou sua participação no total de exportações do continente, mais do que triplicou as exportações de produtos extrativos e dobrou o número de exportações agrícolas (RAY; GALLAGHER, 2017). Ao se consolidar como o motor da expansão da indústria extrativa em todo o mundo, a China estimulou uma alta demanda por recursos naturais, em que tal fenômeno foi a força motriz do aumento dos preços das commodities. Atualmente, o menor peso atribuído às exportações como impulsionador do crescimento chinês

também contribuiu para a queda no volume comercial movimentado entre o país asiático e a região. Para a América do Sul, em alguns casos, essa queda nas importações nos últimos anos contribuiu para reduzir o *déficit* comercial ou até aumentar os superávits com a China, como nos casos de Brasil, Chile, Peru e Uruguai (IMF, 2016).

Na mesma perspectiva geoeconômica, o interesse chinês pelos mercados sul-americanos vem incentivando uma diplomacia ativa com a realização de acordos preferenciais e tratados bilaterais, constatado, principalmente, a partir do crescente número de visitas de Primeiros-ministros e Presidentes chineses à América do Sul, no período de 2001-2015 (PETERS, 2015). No que diz respeito aos Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), atualmente existem dois firmados entre a China e países sul-americanos. Parte majoritária dessas negociações teve como intuito o debate sobre a extensão da cobertura de produtos para linhas tarifárias, prazos para liberalização e a redução de políticas que seriam consideradas mais prejudiciais às relações econômicas entre os países.

O primeiro APC firmado foi o chileno, assinado em 2005 e entrando em vigor no ano de 2006, englobando, inicialmente, a área de trocas comerciais. No acordo estipulava-se que seriam removidas as tarifas de mais de 97% dos produtos de ambas as nações em até 10 anos (FTA China-Chile, 2005), tendo sido a principal vantagem em termos de quantidade de produtos sem tarifa para o Chile, que garantiu a eliminação imediata de 92,01% das tarifas de suas exportações, e removeu apenas de 50% das importações chinesas (ROSALES; KUWAYAMA, 2012). Em 2008, foi assinado um acordo suplementar incorporando também o comércio de serviços entre os países – implementado em 2010 – e, posteriormente, rodadas de negociações sobre um acordo de investimentos têm sido desenvolvidas ao longo dos anos.

O segundo APC chinês com um país sul-americano foi com o Peru, assinado em 2009 e em vigor desde 2010, sendo aplicável em mais de 90%

dos produtos de ambos os países, na área de comércio, de serviços e de investimentos. Neste acordo, os produtos peruanos obtiveram vantagem na liberalização das taxas de exportações para a China, garantindo a eliminação imediata de tarifas de 83,52% de suas exportações e removendo imediatamente apenas 63% das importações chinesas. Tal APC fez com que um dos principais produtos exportados pelo Peru, o cobre, tivessem a redução imediata da tarifa (FTA China-Peru, 2009).

Em linhas gerais, os acordos entre China-Chile e China-Peru são semelhantes, tendo em vista que ambos os países são os principais exportadores de cobre do mundo. O principal ponto em comum nos APCs é a redução tarifária quase imediata para mais de 80% dos produtos de países sul-americanos (ROSALES; KUWAYAMA, 2012), enquanto que a redução e eliminação imediata das tarifas de produtos chineses exportados para os países latino-americanos mantiveram-se abaixo de 60%. Além disso, enquanto as exportações chinesas para a América do Sul são diversificadas e heterogêneas, as exportações sul-americanas para a China são altamente concentradas (MEDEIROS; CINTRA, 2015): tal fato demonstra o interesse chinês na aquisição de produtos primários, como o cobre, fundamentais para a produção doméstica chinesa de posteriores produtos de maior valor agregado.

Com o ponto de inflexão ocasionado pela crise financeira de 2008, tanto a política interna quanto a externa da China sofrem consideráveis mudanças, desencadeando uma nova etapa após o longo ciclo de globalização benéfico desde os anos 1970. Em certo sentido, tais mutações são percebidas como uma oportunidade para a economia doméstica chinesa, uma vez que a vulnerabilidade dos distúrbios internacionais alertou o Estado chinês para a necessidade de construir um mercado consumidor doméstico mais robusto (NIU, 2013, p.203), além de fornecer vigorosa política fiscal anticíclica, sustentando o nível de atividade econômica (NAUGHTON, 2015) baseado, principalmente, no uso intensivo

de mão-de-obra, na medida em que o país se aproxima do status de “renda média”. (JAGUARIBE, 2011).

No período compreendido entre 2008 e 2016, a China apresentou mudanças substanciais, com menores taxas de expansão econômica somadas às políticas e diretrizes que visam um crescimento mais “sustentável”. Isso explica, em certo sentido, o menor ritmo chinês, com um novo paradigma denominado de “Novo Normal”⁷ (MOURA, 2015; PEREIRA; RIBEIRO, 2016), onde as exportações e o mercado externo perdem relativa centralidade nas diretrizes do governo diante da expansão do consumo e da demanda doméstica. Tal direcionamento, presente inclusive no 12º Plano Quinquenal (2011-2015), auxilia na compreensão do drástico resfriamento do preço das *commodities* (NAUGHTON, 2015), gerando consequências para a dinâmica global e regional ao fechar um ciclo exógeno benigno para os termos de troca da América do Sul.

Nesta perspectiva de reorientação estratégica, o gigante asiático vem aumentando consideravelmente seus investimentos externos diretos (IED) na América do Sul, tornando a região o segundo maior destino em IED, depois da Ásia, no início dos anos 2010. Tal evento se deve a sinergia entre a demanda chinesa e a oferta sul-americana no que tange os recursos naturais, surgindo um novo padrão econômico de atuação, principalmente a partir da década de 2010 (THE CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2016). “A perspectiva é que tais investimentos cresçam, nos países da região, tanto devido à carência quanto ao ímpeto do investimento chinês.” (LEITE; RAMOS, 2016, p.188)⁸.

⁷ “The objective of China’s state intervention has clearly shifted from growth at any price to a more complex set of goals that includes redistribution and social and economic security. China under its current President (and General Secretary of the Communist Party) Xi Jinping is moving toward a more explicit embrace of socialism and a stronger commitment to socialist goals, as exemplified by the ambitious five year-plan target of eliminating absolute poverty by 2020.” (NAUGHTON, 2017, p.21).

⁸ “Various factors will affect these trends. The first is saturation of investment capital in the domestic market, driving companies to look overseas for new opportunities. This ‘push’ factor will combine with the ‘pull’ element of host countries’ preferential investment policies and climates. Many countries in the world are desperately looking for inbound investment and are taking a page out of the Chinese playbook in offering a range of foreign investment incentives. Access to easy bank credit and state funding is another facilitating factor. China’s insatiable demand for raw materials is only going to continue to grow—thus accelerating the existing investments in foreign oil and mining.” (SHAMBAUGH, 2013, p.179).

Os IED surgem como um importante motor para alcançar novos mercados, novas tecnologias e recursos naturais estratégicos. Além disso, são possibilitados “pela grande disponibilidade de divisas do país, pela necessidade de adquirir ativos essenciais, entre eles os recursos naturais, e pelas políticas de incentivos às Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), como a intitulada ‘Atuação Global’.” (SANTOS; MILAN, 2014, p.458). Complementarmente, os IED também possuem um papel de aprimorar as práticas das empresas chinesas a partir do aprendizado com conglomerados líderes (GALLAGHER, 2016, pp.52-53) em determinados setores no exterior, tendo como exemplo as tecnologias pioneiras em extração de petróleo em águas profundas realizado pela Petrobras.

Na América do Sul, pode-se dizer que os IED possuem as seguintes características: orientação de longo prazo e segurança dos recursos; estabelecimento de empresas chinesas com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia para os países de destino; ausência de condicionalidades políticas; ausência de promoção de uma agenda específica pela China; e, finalmente, obras de infraestrutura que trazem consigo a obrigatoriedade de assinatura de empresas do país asiático. (SLIPAK, 2014: SVAMPA; SLIPAK, 2015) Portanto, esses fluxos destinam-se à compra de matérias-primas, formação de *joint ventures* para aquisição de licenças para exploração de recursos naturais, fusões e aquisições de ativos por meio de grandes grupos estatais (RAY; GALLAGHER, 2017) e, nos casos de obras de infraestrutura, para o desempenho de empresas transnacionais e estatais chinesas na construção de corredores de exportação para facilitar o escoamento mais eficiente dos recursos naturais.

O principal interesse dos IED chineses na América do Sul está voltado para a energia (mais especificamente para o setor de hidrocarbonetos, seguido pela mineração e outras diversas atividades primárias). Do total acumulado de US\$ 130,33 bilhões de IED chinês na América do Sul no período de 2005 a 2016, a concentração nesse setor foi de 60,06%, dos quais

a maioria foi para o segmento de petróleo, em acordos feitos com o Brasil, Equador e Venezuela. As ações de outras áreas de atuação das empresas chinesas no continente foram: 19,31% em metais; 6,39% no setor de transportes (automóveis); 3,82% na agricultura e 3,80% no setor imobiliário (THE CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2016).

Ao analisar os valores e o número de projetos de IED da China na América do Sul, percebe-se um aumento exponencial na virada da década de 2010, saindo de US\$ 10 bilhões e 5 projetos, em 2009, para aproximadamente US\$ 30 bilhões e mais de 30 projetos em 2010, mantendo-se uma média de US\$ 17 bilhões e 24 projetos por ano entre 2010 e 2016. Da mesma forma, visualiza-se que, no acumulado de 2005-2016, o Brasil desponta como maior receptor de IED na América do Sul, com US\$ 52.210 bilhões, seguido da Argentina, com US\$ 27.460 bilhões, Venezuela, com US\$ 20.610 bilhões, Peru, com US\$ 19.670 bilhões, Equador, com US\$ 14.730 bilhões, Bolívia, com US\$ 4.100 bilhões, Chile, com US\$ 2.860 bilhões, e Colômbia, com US\$ 2.170 bilhões (THE CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, 2016).

Os fluxos de comércio exterior, os acordos de tratados bilaterais e o aumento dos investimentos externos diretos vêm crescendo de forma exponencial, principalmente a partir do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), conforme dito anteriormente. Tal entrada vem desencadeando um novo tipo de vínculo com a economia política global, uma vez que a potência asiática tem desempenhado um papel de líder *“both in rerouting the Southern surplus to Southern destinations and in providing neighboring and distant Southern countries with attractive alternatives to the trade, investment, and assistance of Northern countries and financial institutions.”* (ARRIGHI, 2007, p.382).

b) *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (2008)

Devido a este desenvolvimento significativo nas relações econômicas sino-sul-americanas, em 2008 foi formalizado um direcionamento estratégico das forças políticas compostas pelo Partido Comunista Chinês, que analisa prioridades e estratégias específicas para uma dada região. Ressalta-se ainda que a correlação entre as forças políticas chinesas e as forças políticas sul-americanas não é aleatória ou delineada única e exclusivamente pelas forças do mercado: é guiada por uma estratégia que faz parte de sua política internacional de desenvolvimento e inserção, que “apresenta um forte eixo de integração entre os interesses domésticos e internacionais chineses, criando no internacional o espaço para se lograr os objetivos do Estado”. (VADELL; NEVES, 2018, p.212). Para este fim, a China lançou um *policy paper*, também denominado de Livro Branco, documento que torna explícita a estratégia político-econômica para a região, estabelecendo-a como uma zona de interesses de Pequim e constituindo-se como uma referência obrigatória para a compreensão da geopolítica chinesa na América do Sul.

O documento *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (2008) é o primeiro documento político oficial da China específico para a América Latina. Como pilar desta estratégia, o governo chinês visa esclarecer os objetivos, delinear os princípios orientadores para a futura cooperação e sustentar um crescimento das relações sino-sul-americanas de forma sólida, estável e global.⁹

⁹ Destarte, seus objetivos compreendem: 1) “*Promote mutual respect and mutual trust and expand common ground*”: a promoção do respeito e confiança mútuos é baseada no princípio chinês da Coexistência Pacífica, não extinguindo sistemas políticos distintos e expandindo pontos comuns a partir do diálogo e do tratamento igualitário. Logo, a partir da confiança política mútua, a China busca estabelecer uma conexão mais enfática com os países latino-americanos, considerando-os como sujeitos estatais soberanos. 2) “*Deepen cooperation and achieve win-win results*”: esta intensificação da cooperação vem gerando novas oportunidades a partir de uma estratégia *win-win*, uma relação de mutualismo econômico no sentido de alcançar os objetivos de ambas as partes. Em outros termos, os chineses visualizam a região como base de comércio e investimentos, e a América do Sul aproveita esse interesse visando estabelecer novas parcerias e reduzir determinados déficits econômicos, num conjunto de esforços que, a princípio, possuem o sentido de aumentar os ganhos conjuntos. 3) “*Draw on*

Concomitantemente, o documento aborda quatro áreas nas quais há possibilidade de fortalecimento da cooperação entre China e América Latina: no âmbito político¹⁰, econômico¹¹, sociocultural¹² e a assuntos de paz, segurança e judiciais¹³. Para a América do Sul, o objetivo de cooperação mais explícito está presente na área econômica: no campo comercial, por exemplo, visa-se uma cooperação de benefício para ambos, mas está colocado explicitamente a *“positive consideration to concluding free trade agreements with Latin American and Caribbean countries or regional integration organizations”* (CHINA, 2008). Ou seja, acordos de livre-comércio entre um país exportador de bens de elevado valor agregado e altamente capacitado tecnologicamente, com uma região historicamente exportadora de commodities e bens com pouca sofisticação produtiva. Outras áreas também definidas no documento – e que também exigem uma visão mais crítica e apurada, sempre em

each other's strengths to boost common progress and intensify exchanges”: tal aproveitamento das vantagens competitivas de China e da América Latina é o ponto mais emblemático dentre os objetivos, e pode corresponder um perigoso caminho para as nações latino-americanas. Ao destacar o aproveitamento de cada país nas esferas econômicas mais produtivas, percebe-se uma nova versão da teoria das vantagens comparativas, no qual os países latino-americanos se especializariam na produção de bens primários no comércio internacional, que seria considerado seu “ponto forte”, e importando bens de alto valor agregado no comércio internacional. 4) *“The one China principle is the political basis for the establishment and development of relations between China and Latin American and Caribbean countries and regional organizations”*: o respeito ao princípio da “China única”, no que tange a questão de Taiwan, é o único ponto de assertividade chinesa quanto ao estabelecimento de relações políticas e econômicas. (CHINA, 2008) É interessante notar a ausência de condicionalidades econômicas, intensamente presentes nos acordos dos países latino-americanos com o Banco Mundial e o FMI, após a crise da dívida, e, em certo sentido, nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Em contrapartida, a China pontua a necessidade de uma condicionalidade política: o reconhecimento de Taiwan como território chinês.

¹⁰ Ratifica o desejo de manutenção de intercâmbios com líderes de alto nível, entre legislaturas e entre partidos políticos, assim como fortalecer e desenvolver mecanismos de consulta e cooperação em assuntos internacionais, e intercâmbios com governos locais.

¹¹ O comércio e a cooperação (em investimento, financeira, agrícola, industrial, em infraestrutura, em recursos naturais e energéticos, aduaneira, em inspeção da qualidade, para o turismo, multilateral, entre as Câmaras de Comércio) são os dois pontos mais relevantes, assim como a redução/cancelamento da dívida e assistência econômica e técnica.

¹² Busca-se o estabelecimento de intercâmbios, cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e educação, medicina e saúde, consular e intercâmbio de pessoal, mídia, proteção ambiental e no combate às alterações climáticas, em recursos humanos e segurança social, na redução da pobreza, assim como viabilizar o intercâmbio entre pessoas e a redução e assistência humanitária à desastres.

¹³ Almeja-se a cooperação e intercâmbio militar, cooperação em assuntos jurídicos e policiais, e questões de segurança não tradicionais.

benefício dos países sul-americanos – são investimento¹⁴, finanças¹⁵, infraestrutura¹⁶, recursos e energia¹⁷, e cooperação multilateral¹⁸.

O documento de 2008 é finalizado com a constatação da importância das relações chinesas com as organizações regionais latino-americanas, cuja tendência estará presente com maior assertividade no *policy paper* de 2016. Desta forma, o governo chinês aprecia o importante papel das organizações sub-regionais da América Latina e do Caribe na proteção da paz, da estabilidade e na promoção da solidariedade, desenvolvimento e integração regionais. Apoia essas organizações no exercício de sua influência nos assuntos regionais e internacionais, fazendo com que o lado chinês continue a fortalecer a comunicação, a consulta e a cooperação com organizações relevantes em vários campos. (CHINA, 2008).

3. A projeção futura chinesa na América do Sul

Os fatos apresentados vêm colocando a América do Sul como um espaço geopolítico de gradativa importância para as forças políticas chinesas. O nível da interação entre o país asiático e o subcontinente sul-americano saiu da relativa inércia no século XX para uma expansão no início deste século, ratificada, principalmente, pelo aumento dos fluxos

¹⁴“*Investment Cooperation - The Chinese Government encourages and supports qualified Chinese companies with good reputation in investing in manufacturing, agriculture, forestry, fishing, energy, mineral resources, infrastructure, and service sector in Latin America and the Caribbean to promote the economic and social development of both sides.*” (CHINA, 2008).

¹⁵“*Financial Cooperation - The Chinese Government supports China's monetary and financial regulatory authorities and financial institutions in stepping up consultation and professional exchanges and cooperation on macroeconomic situation and economic and financial policies with their counterparts in Latin American and Caribbean countries.*” (CHINA, 2008).

¹⁶“*Infrastructure Construction - The Chinese side will strengthen practical cooperation with Latin American and Caribbean countries in transport, information and communications, water conservancy and hydropower and other areas of infrastructure development, scale up project contracting in the region, and conduct mutually beneficial cooperation in various ways so as to contribute its share to further infrastructure development in the region.*” (CHINA, 2008).

¹⁷“*Resources and Energy Cooperation - The Chinese side wishes to expand and deepen mutually beneficial cooperation with Latin American and Caribbean countries in resources and energy within bilateral cooperation frameworks.*” (CHINA, 2008).

¹⁸“*Multilateral Cooperation - The Chinese Government is ready to strengthen consultation and coordination with Latin American and Caribbean countries in multilateral trade and financial institutions and regimes, with a view to promoting South-South cooperation, bringing about a more just and equitable multilateral trading regime and ensuring a bigger say and greater role in decision-making for developing countries in international trade and financial affairs.*” (CHINA, 2008).

comerciais, pela criação de tratados bilaterais, pela intensificação dos IED e pela elaboração estratégica proposta pelo *policy paper*. As projeções futuras apontam para uma intensificação ainda mais assertiva deste prognóstico inicial, sustentando a América do Sul como espaço crescentemente geoestratégico para o projeto chinês.

Ainda assim, ressalta-se que a presente seção busca analisar uma projeção de tendências futuras da China na América do Sul e, da mesma forma que houve uma alteração do *policy paper* de 2008 para o de 2016, alterações no mapa geopolítico e geoeconômico mundial podem modificar tais políticas de Estado, haja vista que novos equilíbrios de forças no sistema internacional são passíveis de ocorrer. Concomitantemente, o progresso dos diálogos relacionados à Nova Rota da Seda (NRS) na América do Sul confirma a tendência da inserção da região na geometria de poder chinesa no sistema internacional, uma vez que é a matriz do planejamento chinês de longo prazo; é a ideia de construir uma nova ordem mundial, substituindo o sistema internacional liderado pelas potências ocidentais; é a representação da transformação da China de uma potência regional em uma potência global. Em síntese, tanto o *policy paper* de 2016 quanto a Nova Rota da Seda possibilitam a compreensão de um novo padrão chinês para a América do Sul, de projeção futura em curso.

a) ***China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean (2016)***

O *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean (2016)* constitui uma nova etapa da cooperação sino-latinoamericana, a partir do fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais nos anos recentes e da constatação do potencial de desenvolvimento dos países latino-americanos que, em contrapartida, enseja a participação de

investimentos chineses. Deste modo, de 2008 a 2016, foram visualizados, ao longo no presente trabalho, os frequentes intercâmbios de alto nível, diálogos políticos, desenvolvimento em comércio, investimento e finanças, intercâmbios culturais e coordenação nos assuntos internacionais.¹⁹

Existem relevantes novidades do documento em relação ao seu anterior, como a inclusão do Fórum China-CELAC como a principal plataforma de cooperação e diálogo entre as duas partes, promovendo o desenvolvimento das relações sino-latinoamericanas em múltiplas esferas dentro deste concerto: *“China will promote collective cooperation with Latin America and the Caribbean mainly through the platform of China-CELAC Forum.”* (CHINA, 2016).

Ainda no quesito de colaboração internacional, é interessante notar que a China vem buscando promover reformas nas organizações e plataformas internacionais, aperfeiçoando as regras econômicas e financeiras globais (prevenção de riscos sistêmicos globais), a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (resposta mais enfática às mudanças climáticas) e, pela primeira vez, a presença da segurança cibernética no âmbito interestatal. Desta maneira, é explícita a presença de termos como Cooperação Coletiva, de participação ativa de organizações regionais e instituições multilaterais da América Latina, e Cooperação Trilateral, um arranjo cooperativo de três

¹⁹ Assim como no primeiro documento oficial, este novo prioriza o relacionamento China-América Latina em cinco características principais, trazendo os dois lados para uma comunidade de futuro compartilhado, na qual todos os países se unem no desenvolvimento: 1) *“Sticking to the principle of equality and sincere mutual support”*: os chineses continuam a manter a retórica da equidade dos países no sistema internacional, respeitando distintos modelos políticos e de desenvolvimento e, como condicionalidade política para suas relações internacionais, o reconhecimento, por parte dos demais países, do princípio da China única. 2) *“Seeking mutually beneficial cooperation and common development”*: à manutenção da cooperação *win-win* na esfera econômica, visualizada desde o primeiro documento, são adicionados dois novos modelos de cooperação, a pragmática e a de capacidade. 3) *“Exchanges and mutual learning”*: aprendizado mútuo entre ambas as partes é considerado a base sólida da cooperação, em que o fortalecimento do intercâmbio nas mais distintas esferas é fundamental para realizar contribuições que promovam a coexistência harmônica de diferentes civilizações no mundo. 4) *“Global responsibility in promoting international cooperation”*: a comunicação e cooperação entre China e América Latina nos mecanismos multilaterais no plano internacional serão intensificados, salvaguardando a ordem internacional e os princípios das Nações Unidas, mas propondo um mundo multipolar e uma reforma na governança global a partir do aprofundamento das relações Sul-Sul. 5) *“To promote complementary development of collective and bilateral cooperation”*: reforço mútuo entre a cooperação da China com a região como um todo, assim como em suas relações bilaterais com países individuais e/ou organizações sub-regionais e instituições multilaterais de financiamento da região. (CHINA, 2016)

atores: China, países da América Latina e países e/ou organizações internacionais relevantes de fora da região.

Retomando a particularidade do *policy paper*, percebe-se o pragmatismo da colaboração chinesa e o ineditismo na clareza do foco e escopo. A denominada “Cooperação pragmática 1 + 3 + 6”²⁰ é sintomática, uma vez que propõe a orientação do Plano de Cooperação China-América Latina e Caribe (2015-2019) na utilização de três modelos de cooperação como forças motrizes: comercial, financeira e de investimentos. Com um plano e três mecanismos, há um foco voltado para seis áreas estratégicas prioritárias: energia e recursos, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica e tecnologia da informação. Da mesma forma, o modelo inédito de “Cooperação de capacidade 3x3”²¹ consiste numa construção conjunta das três principais demandas na América Latina – logística, eletricidade e informação –, permitindo interações benéficas entre três atores – empresa, sociedade e governo – e expandindo três canais de financiamento – fundos de investimentos, empréstimos de crédito e seguros.

Há fortes indícios de que o *policy paper* de 2016 tenha iniciado um novo ciclo de aproximação ainda mais intenso entre China e América do Sul, como examinado por Gallagher (2016, p.168):

There are three areas where China may buy into a new development strategy in Latin America. First, China will continue to be a source of demand for Latin American commodities and possibly for a more diversified array of products if Latin America gets its policies right. Second, China may become an even larger presence in terms of foreign direct investment in Latin America. Third, China and its growing set of development banks and funds can be a source of much-needed finance for infrastructure, industrialization, and green development. There is some

²⁰ “Guided by the China-Latin American and Caribbean Countries Cooperation Plan (2015-2019), utilizing trade, investment and financial cooperation as driving forces, and identifying energy and resources, infrastructure construction, agriculture, manufacturing, scientific and technological innovation and information technology as cooperation priorities.” (CHINA, 2016)

²¹ “Which refers to jointly building the three major passages of logistics, electricity and information in Latin America, enabling healthy interactions among the enterprise, society and government, and expanding the three financing channels of funds, credit loans and insurance.” (CHINA, 2016)

evidence that China stands ready, with 2015 as a turning point. In a May 2015 visit to Chile, Chinese Prime Minister Li Keqiang said that “industrial cooperation between China and Latin America arrives at the right moment,” and “China has equipment manufacturing capacity and integrated technology with competitive prices, while Latin America has the demand for infrastructure expansion and industrial upgrading”.

Constata-se, a partir do estudo sistemático dos *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, a tentativa de reconfiguração estrutural de longo prazo na ordem internacional, contando com a América do Sul como parte deste projeto, tal qual confirmado na passagem que coloca a China como promotora da multipolarização, da democracia e do estado de direito nas relações internacionais, aumentando a representação e a voz dos países em desenvolvimento ao aprofundar a cooperação Sul-Sul com os países da América Latina e do Caribe, ao consolidar sistemas comerciais multilaterais, ao promover a reforma da governança global e ao construir um sistema econômico mundial aberto. (CHINA, 2016)

b) Nova Rota da Seda (2017)

Conforme analisado, nas últimas duas décadas, a política externa da China caracterizou-se por um processo de projeção internacional baseado no paradigma do desenvolvimento pacífico²² e harmonioso²³, sustentado

²² "Com o título de 'Persistindo em tomar o caminho do desenvolvimento pacífico', o artigo de Dai pode ser visto como uma resposta tanto a observadores estrangeiros preocupados com a possibilidade de que a China nutrisse intenções agressivas quanto àqueles dentro da China — incluindo, postula-se, alguns dentro da própria estrutura de liderança — que argumentavam que a China devia adotar uma postura mais insistente. O desenvolvimento pacífico, argumenta Daí, não é um artifício pelo qual a China 'esconde seu brilho e ganha tempo' (como desconfiam alguns não chineses), nem tampouco uma ilusão ingênua que abdica as vantagens chinesas (como alguns dentro da China acusam). É a política genuína e duradoura da China porque serve melhor aos interesses do país e convém à situação estratégica internacional." (KISSINGER, 2011, p.487)

²³ "In addition to these, in recent years China has sought to project two key slogans/concepts abroad: its "Peaceful Development" and "Harmonious World." The concept or kouhao of "peaceful development" (和平发展) is an outgrowth of Deng Xiaoping's concept of peace and development. First put forward in 1985, Deng offered his concept as an alternative to Mao's notion of superpower competition and the inevitability of world war, arguing instead that the world had entered a new era of peace and development and that China needed peace externally in order to pursue development internally. Enshrined in an important 2011 government White Paper,

na cooperação Sul-Sul. Como parte deste procedimento, o país aproximou-se de regiões como a América Latina, ocupando espaços geopolíticos que resultaram em crescimento dos vínculos econômicos e institucionais, conforme demonstrado no presente artigo.

Dentro desta perspectiva, em 2013, a Nova Rota da Seda (NRS), também conhecida como *Belt and Road Initiative* (BRI) ou *One Belt One Road* (OBOR), foi proposta pelo presidente chinês Xi Jinping durante uma visita oficial à Ásia Central. Na busca de retomar a Rota da Seda original – corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era –, a China intenta fortalecer os laços econômicos entre Ásia, África e Europa com investimento de bilhões de dólares em infraestrutura (MAÇÃES, 2019, pp.9-13), que favoreceriam a conexão e o comércio entre os países assim como confirmaria, direta ou indiretamente, a disputa pelo poder global.

Após seu anúncio, oficiais chineses e acadêmicos de *think tanks* negavam regularmente a incorporação da América Latina. Dentre os fatores que contribuiriam para a sua exclusão estariam: o distanciamento físico natural entre as regiões, com as demandas chinesas atualmente atendidas pela região em termos de recursos e mercados sendo supridas pelo escopo da BRI; a mudança da política externa dos países latino-americanos a partir de 2015, com a ascensão de governos conservadores com perfil de maior alinhamento aos Estados Unidos, assim como a própria reação estadunidense à presença chinesa no hemisfério; e a preocupação geopolítica chinesa com seu entorno estratégico imediato.

Recentemente, no entanto, as autoridades e empresas chinesas, assim como suas contra partes latino-americanas, têm sido mais abertas à negociação diplomática e comercial sob a bandeira da BRI. Tal fato corrobora a projeção futura chinesa na região, que se inicia em 2016 e possui recorrência até a atualidade. Seja através dos pronunciamentos

Deng's concept demonstrated remarkable staying power in China's official lexicon and guiding ideology, even long after his death in 1997." (SHAMBAUGH, 2013, p.218)

multilaterais e bilaterais, formais e informais, há fortes sinais indicativos de um estreitamento de diálogos relacionados à BRI, ressaltando a inclusão gradual da região no escopo do projeto.

Chinese decision-makers have no need of being reminded that the world has changed since the days of Genghis Khan and that limiting the Belt and Road to territories along the ancient land and sea Silk Road would be to overlook vital economic regions such as North and South America and most of the African continent. (MAÇÃES, 2019, p.25).

A inclusão da América Latina, portanto, é ratificada com mais assertividade a partir de 2017, quando um número crescente de países da região assinou memorandos de entendimento relacionados à BRI e anunciaram negócios, sinalizando a extensão, de fato, à região. Em maio do mesmo ano, o presidente chinês Xi Jinping afirmou ao presidente da Argentina, Mauricio Macri, no *Belt and Road Forum*, em Pequim, que a região latino-americana era uma "extensão natural" da Rota Marítima da Seda e um "participante indispensável", tornando, assim, a possibilidade de sua inclusão mais evidente. No nível multilateral, um ponto de inflexão ocorreu no Fórum Ministerial China-CELAC em Santiago, Chile, em janeiro de 2018. Nele, os participantes assinaram uma Declaração Especial sobre a BRI, no qual a região foi convidada pelo Embaixador Li Jinzhang a participar formalmente, como uma nova plataforma para cooperação mutuamente benéfica entre a China e a América Latina.

Neste contexto, o Panamá foi o primeiro país a assinar esse acordo com a China, em novembro de 2017, depois de trocar o reconhecimento diplomático de Taiwan para Pequim no início daquele ano. Posteriormente, um total de 15 países da América Latina e Caribe assinaram memorandos de entendimento referentes à BRI com a China, sendo o Equador o exemplo mais recente, em 13 de dezembro de 2018. Notavelmente, a maioria dos que assinaram são países menores na América Central e Caribe, ou ainda membros sul-americanos convergentes com as políticas chinesas, como Venezuela, Equador e Bolívia. Os maiores países como

Brasil, México, Colômbia, Argentina e Peru ainda não se inscreveram. Como afirmam Abdenur e Levaggi,

Somente uma parcela de países latino-americanos reconheceram a importância estratégica da BRI e realizaram esforços para participar de seus primeiros passos. Na maior parte da região, a BRI é mencionada ocasionalmente na mídia, mas está fora dos debates políticos e mesmo acadêmicos. Existe a necessidade de construção de conhecimento sobre esta iniciativa e suas implicações para a região, especialmente a partir do engajamento de centros de pesquisa, think tanks e instituições acadêmicas e maior cobertura pela mídia latino-americana. Maior conhecimento na pesquisa ou jornalístico irá trazer mais luzes tanto sobre oportunidades e desafios, relativizando as visões românticas sobre a BRI em algumas partes da América Latina. (ABDENUR; LEVAGGI, 2018, p. 15).

No âmbito mais geral, a construção da BRI faz parte de um conjunto da política externa da China, que se relaciona com sua agenda de desenvolvimento, a sustentação da sua expansão econômica e a influência política regional e global. Especificamente para a América do Sul em geral, consiste na incorporação da região em sua geometria de poder a partir de uma estratégia geoeconômica, que estimula a oferta de financiamento e o aumento de investimentos chineses, tanto em infraestrutura quanto em diferentes setores econômicos, visando alavancar a capacidade produtiva e de escoamento da região, conforme detalhado anteriormente.

A *Belt and Road Initiative* é o único projeto de desenvolvimento multilateral de grande escala no século XXI, se configurando como um cinturão econômico do planejamento chinês de longo prazo e um espaço em construção de desenvolvimento e integração numa nova ordem mundial. A China vem promovendo a BRI como uma oportunidade para as nações desenvolverem infraestrutura e criarem novas oportunidades comerciais com empresas chinesas, assim como ampliar sua projeção de poder no sistema internacional. Considerado o maior projeto geoeconômico da história, a entrada da América do Sul enseja estudos

complexos e sistematizados sobre o tema, imprescindível para a compreensão dos efeitos da BRI no desenvolvimento dos países sul-americanos no século XXI.

4. Conclusão

O presente artigo buscou analisar a ascensão chinesa na América do Sul no início do século XXI, dividido em dois períodos: primeiramente, com a expansão chinesa, entre 2001 e 2016, legitimando-se por aspectos geoeconômicos e pelo primeiro *policy paper* para a América Latina; e subsequentemente, da projeção futura, a partir de 2016, corroborado pelo segundo *policy paper* e pela inclusão da região na Nova Rota da Seda. Com isso, intentou-se qualificar a progressiva importância geopolítica da América do Sul para o planejamento estratégico de longo prazo da China.

A presença efetiva da China na América do Sul possui uma justificativa, uma legitimação, uma *raison d'être* na materialidade histórica para a intensificação dos fluxos econômicos visando à presença e capacitação econômica global, ratificados pelos parâmetros analisados. Complementarmente, aponta-se que esta nova configuração está em construção e delimitação, levantando cada vez mais ponderações sobre a possibilidade de estabelecer relações cooperativas Sul-Sul ou de reproduzirem assimetrias e hierarquias Norte-Sul.

Evidencia-se que a presença chinesa vem modificando benéficamente o mapa geoeconômico da América do Sul, inclusive preenchendo espaços que outrora pertenciam a outros centros de poder mundiais, tais como Europa e Estados Unidos. Entretanto, há de ressaltar os impactos negativos sobre a estrutura produtiva dos países sul-americanos, agravando a concentração da pauta exportadora em

produtos primários, reforçando a especialização regressiva e acentuando a trajetória desindustrializante.

Ainda assim, os países sul-americanos necessitam aproveitar as oportunidades da demanda chinesa para transformar suas produções com políticas produtivas e comerciais adequadas e, preferencialmente, articuladas regionalmente. Reitera-se ainda que as mudanças macroeconômicas estruturais devam ser realizadas, única e exclusivamente, a partir do planejamento estratégico de cada Estado ou conjunto de Estados da região; a China pode ser um excelente parceiro nesse sentido, mas os países sul-americanos necessitam visualizar sua condição periférica, subdesenvolvida e dependente para, assim, estabelecer diretrizes visando transformações no seu modelo produtivo.

Em suma, diante do pouso do dragão na América do Sul, ratificado pela análise geoeconômica das relações comerciais, dos investimentos externos diretos e dos acordos bilaterais, pelos documentos oficiais do *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, de 2008 e 2016, além da incorporação da região ao projeto global da Nova Rota da Seda, é crucial compreender as características dos vínculos das forças políticas sul-americanas com as forças políticas chinesas, uma vez que a região atende aos objetivos geopolíticos da nova política externa chinesa de transformação multicêntrica do sistema internacional. Portanto, seria de extrema importância que os governos e tomadores de decisão sul-americanos estabeleçam condições e acordos institucionais mais rigorosos, a fim de garantir com que as relações geoeconômicas também incluam, em certa medida, transferências de tecnologias e conhecimento, criação de incentivos para o escoamento de produtos manufaturados da região para o mercado asiático e projetos estratégicos de interdependência simétrica entre países emergentes.

5. Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; LEVAGGI, Ariel Gonzalez. "Trans-Regional Cooperation in a Multipolar World: How is the Belt and Road Initiative Relevant to Latin America?" **Working Paper**, LSE Global South Unit, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/326367543_Trans-Regional_Cooperation_in_a_Multipolar_World_How_is_the_Belt_and_Road_Initiative_Relevant_to_Latin_America. Acesso em 25 de agosto de 2020.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London . New York: Verso, 2007.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M.. **War by other means: geoeconomics and statecraft**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2016.

BRUTTO, Giuseppe Lo. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación Sur-Sur. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 4. p. 103-138.

CHINA. CHINESE GOVERNMENT. . **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2008. Disponível em: <http://www.chinaconsulatesf.org/eng/xw/t521025.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. . **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Beijing: Official Publications, 2016. Disponível em: http://www.china.org.cn/world/2016-11/24/content_39777989.htm. Acesso em 25 de agosto de 2020.

China Global Investment Tracker. **The American Enterprise Institute and The Heritage Foundation**. 2016. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

ECONOMY, Elizabeth C.; LEVI, Michael. **By all means necessary: How China's resource quest is changing the world**. New York: Oxford University Press, 2014.

FÓRUM CHINA-CELAC. **Fórum China-Celac- novas oportunidades de desenvolvimento- discurso do Embaixador Li Jinzhang em 21 de Janeiro de 2018**. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/esp/lttdt_2/t1527418.htm. Acesso em 25 de agosto de 2020.

FRANK, André Gunder. **Reorient: Global Economy in the Asian Age**. California: University Of California Press, 1998.

FTA China-Chile. **China-Chile Free Trade Agreement**, 2005. Disponível em: <http://fta.mofcom.gov.cn/topic/enchile.shtml>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

FTA China-Peru. **China-Peru Free Trade Agreement**, 2009. Disponível em: <http://fta.mofcom.gov.cn/topic/enperu.shtml>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

GALLAGHER, Kevin. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

IMF - International Monetary Fund. **Direction of Trade Statistics (DOTS)**, 2016. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. "The political economy of reforms and the present Chinese transition". **Brazilian Journal Of Political Economy**, Brasília, v. 37, n. 4, p.789-807, 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

JAGUARIBE, Anna. "China: estratégias de modernização alternativa". **Revista Desenvolvimento em Debate**, Vol.2, No.2., pp.39-49, 2011. <https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n02a07>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; RAMOS, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento: Folio Digital, 2016. Cap. 6. p. 165-192.

MAÇÃES, Bruno. **Belt and Road: a Chinese world order**. New York: Oxford University Press, 2019.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vita L Paganini. "Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos". **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1138, p.28-42, jan./mar. 2015. <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n01a02>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

MOURA, R. (2015). "A desaceleração chinesa e o 'Novo Normal': implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico".

Desenvolvimento em Debate, Vol.3, N.2, pp.79-109, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31903>

NAUGHTON, Barry. China and the Two Crises: From 1997 to 2009. In Pempel, T.J., & K. Tsunekawa (Eds.). **Two Crises, Different Outcomes: East Asia and Global Finance** (pp.110-134). Ithaca : Cornell University Press, 2015.

NAUGHTON, Barry. "Is China Socialist?". **Journal Of Economic Perspectives**, Nashville, v. 31, n. 1, p.3-24, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44133948>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

NIU, Haibin. "A grande estratégia Chinesa e os BRICS". **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100007>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

PEREIRA, Lia Baker; RIBEIRO, Lívio. A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil. IN.: BONELLI, Régis; VELOSO, Fernando (Orgs.). **A Crise de Crescimento do Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV/IBRE, pp.243-281, 2016.

PETERS, Enrique. **China's evolving role in Latin America: can it be a win-win?** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2015. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/china-s-evolving-role-in-latin-america-can-it-be-a-win-win/#:~:text=Titled%20China's%20Evolving%20Role%20in,post%2Dcommodity%2Dboom%20relationship>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

RAY, Rebeca; GALLAGHER, Kevin. "China-Latin America Economic Bulletin 2017 Edition - Working Group on Development and Environment in the Americas". **GEGI Discussion Paper**, 2017. Disponível em: <http://entramado.fundeps.org/wp-content/uploads/2017/12/Iniciativa-para-la-s-Inversiones-Sustentables-China-Am%C3%A9rica-Latina-Bolet%C3%ADn-Econ%C3%B3mico-China-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?: os projetos de poder estadunidense e chinês na amazônia sul-americana (2001-2016)**. 2020. 392 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. "China and Latin America and the Caribbean Building a strategic economic and trade relationship". **Economic Commission for Latin America and the Caribbean** (ECLAC), Santiago, 2012. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2599>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. "Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos". **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.457-486, jul./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292014000200005>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

SEVARES, Julio. **China: un socio imperial para Argentina y América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

SHAMBAUGH, David. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.

SLIPAK, Ariel. "América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o 'Consenso de Beijing'?". **Nueva Sociedad**, n.250, pp.102-113, 2014. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/america-latina-y-china-cooperacion-sur-sur-o-consenso-de-beijing/>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order**. Cambridge: Polity Press, 2016.

SUTTER, Robert. **Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War**. New York, Rowman and Littlefield Publishers, 2012.

SVAMPA, Maristella; SLIPAK, Ariel. "China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing". **Revista Ensembles**, v.2, n.3, 34-63, 2015. Disponível em: <http://www.revistaensambles.com.ar/ojs-2.4.1/index.php/ensambles/article/view/61>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Center for International Development**. Harvard: 2016. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/>

VADELL, Javier. "Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09". **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.97-111, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/41>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

VADELL, Javier; NEVES, Pedro. O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito. In: VADELL, Javier (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2018. Cap. 7. p. 205-234.

WORLD BANK. **World Development Indicators**. 2016. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em 25 de agosto de 2020.